

RESUMO

O estudo da taxa de justiça e de outras prestações devidas no tradicional esquema de resolução de litígios tem subalternizado a sua ligação aos *cosmos* do Direito tributário. O presente trabalho pretende ser uma análise, sob uma perspectiva jurídico-tributária, destas prestações e, em particular, da taxa de justiça, enquanto contrapartida pecuniária que os utilizadores da justiça suportam pelo impulso processual. Procurar-se-á contribuir para a insuficiência do seu tratamento, tendo em consideração que a negligência de um exame crítico, construtivo e completo de questões de pendor tributário, como o princípio da equivalência, e cuja finalidade precípua é a realização da isonomia tributária, poderá conduzir à desproteção dos seus sujeitos passivos.

Começaremos com uma narrativa direcionada para as espécies tributárias existentes no nosso espaço jurídico, após a qual estudaremos os antecedentes legislativos da taxa de justiça, desde o Direito romano, cuja abordagem será proveitosa para uma melhor e mais interessante compreensão deste figurino legal.

Chegados ao núcleo interno deste trabalho, procuraremos estudar a noção jurídica de taxa de justiça e salientar a sua natureza jurídico-tributária e carga principiológica, exercício que também implicará atomizar a taxa de justiça das custas processuais. Desmitificaremos que inexistente motivo para se distinguir entre taxa de justiça impulsória paga pelos sujeitos processuais que ocupam os extremos ativo e passivo da relação processual e, ainda, que não pode ser confundida com a compensação em sede de custas de parte. Dedicaremos atenção à taxa de justiça agravada, ao fenómeno da litigância em massa e à taxa sancionatória excecional.

Traremos à colação os problemas que o valor da causa poderá suscitar ao nível do princípio da equivalência e da adequação do montante da taxa de justiça ao custo ou benefício da prestação pública. Concluiremos, na esteira da doutrina mais autorizada, que o Tribunal Constitucional deverá sujeitar as taxas ao crivo do princípio da equivalência económica, que vá além da *proibição do excesso*, pois só assim se logrará fiscalizar a adequação dos seus montantes e contribuir para a proteção dos sujeitos passivos. O momento será, ainda, oportuno para estudarmos alguns mecanismos de tutela.

Por fim, analisaremos a taxa de justiça sob o esquema da relação jurídica tributária.

Palavras-chave: custas processuais; igualdade tributária; princípio da equivalência; taxa; taxa de justiça.

INDÍCE

NOTA PRÉVIA E AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	7
ABSTRACT	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	19
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	21
PROLEGÓMENOS	23
i) Enquadramento	23
ii) Da atualidade e pertinência do tema	24
iii) Metodologia e plano expositivo	27
CAPÍTULO I – OS TRIBUTOS PÚBLICOS	29
1. O tributo	29
1.1. Enquadramento	29
1.2. Noção jurídica	30
1.3. As finalidades extratributárias (remissão)	32
1.4. Breve panorama externo	34
§ Considerações sequenciais	36
2. O imposto	36
2.1. Noção jurídica na doutrina nacional	36
2.2. Noção jurídica em ordenamentos externos	38
§ Breve referência às finalidades extrafiscais	40
2.3. A criação dos impostos (o princípio da legalidade)	41
2.4. Princípio da capacidade contributiva enquanto projeção do princípio da igualdade	44

3. A taxa	47
3.1. Contextualização	47
3.2. Noção jurídica na doutrina e jurisprudência portuguesas	48
§ Em especial, sobre a sua coatividade	52
3.3. Noção jurídica em ordens jurídicas externas	56
3.4. A criação das taxas (o princípio da legalidade)	59
§ O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais como o (inexistente) regime geral das taxas?	61
3.5. Princípio da proporcionalidade	64
3.6. As taxas e o princípio da equivalência enquanto projeção do princípio da igualdade (em especial, o custo e o benefício)	65
3.6.1. Visão externa do princípio da equivalência	71
3.6.2. A equivalência jurídica e a equivalência económica	73
§ O problema da quantificação dos custos ou do benefício (remissão)	79
3.6.3. A equivalência individual e a equivalência de grupo	79
3.6.4. Uma equivalência temporal? (remissão)	80
4. A distinção entre taxa e imposto	81
4.1. Principais elementos individualizadores	81
4.2. O <i>nomen iuris</i> como critério irrelevante para a distinção	85
4.3. A contrapartida genérica do imposto	86
5. As Contribuições (breves notas)	88
5.1. Considerações gerais	88
5.2. As contribuições especiais	90
5.3. As contribuições financeiras a favor das entidades públicas	91
5.4. A sua distinção em relação às taxas	93

CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E ANTECEDENTES DA TAXA DE JUSTIÇA

	95
1.1. O sistema de processar romano (uma introdução)	95
1.2. <i>A sportulae</i>	98
1.2.1. Contextualização	98
1.2.2. <i>Sportulae</i> ordinárias e extraordinárias	99
1.2.3. <i>A sportulae</i> como antecedente histórico da taxa de justiça	101
2. Os estádios de evolução da taxa de justiça no Direito português	102
2.1. Notas introdutórias	102
2.2. As Ordenações do Reino	103

2.2.1. Considerandos iniciais	103
2.2.2. A dízima	104
§ Reflexão sobre a sua natureza jurídica	109
2.2.3. As custas pessoais e as custas judiciais	113
2.2.3.1. Enquadramento	113
2.2.3.2. As custas pessoais	113
2.2.3.3. As custas do processo	114
a) As Ordenações Afonsinas	115
b) As Ordenações Manuelinas	116
c) As Ordenações Filipinas	117
2.2.3.4. A justa razão para litigar e razão colorada para demandar (contextualização e breve distinção)	119
2.3. O cenário do séc. XIX até meados do séc. XX	119
2.4. O Código das Custas Judiciais de 1940 (e o imposto de justiça)	121
2.5. O Código das Custas Judiciais de 1962 (e o nascimento da taxa de justiça)	125
2.6. O Código das Custas Judiciais de 1996 (e a constante emancipação da taxa de justiça)	128
2.7. O Regulamento das Custas Processuais de 2008	129
2.8. O Regulamento das Custas Processuais atualmente	130
2.8.1. Sistematização	130
2.8.2. Âmbito de aplicação	131

CAPÍTULO III – CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, PRESSUPOSTO E FINALIDADES DA TAXA DE JUSTIÇA

1. O direito de acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva como um direito fundamental	133
1.1. O direito de acesso à justiça – um direito gratuito ou retribuído?	136
§ A posição do TEDH	139
1.2. A taxa de justiça como uma restrição ao direito de acesso ao direito e aos tribunais?	140
1.3. O sistema de acesso ao direito e aos tribunais (brevíssima referência)	142
1.4. Teorização da administração da justiça como um benefício coletivo ou individual	145
1.4.1. O problema do financiamento	145

1.4.2. A administração da justiça como uma função exercida em regime de monopólio?	150
1.4.3. A nossa perspetiva	152
2. À procura de uma noção de taxa de justiça	155
2.1. Introdução (um périplo pela doutrina e jurisprudência)	155
2.2. Elemento subjetivo	160
2.3. Elemento objetivo (em especial, a coatividade)	161
2.3.1. A coatividade de acordo com o Tribunal Constitucional espanhol	163
2.3.2. A nossa posição	163
2.4. Elemento teleológico	165
§ Considerações sequencias	166
3. A problemática da natureza jurídico-tributária da taxa de justiça	167
3.1. Uma genuína taxa ou um imposto? Considerações doutrinárias nacionais e externas	167
3.2. O pressuposto – a taxa de justiça como contrapartida de um serviço público	171
3.3. A finalidade – a compensação de uma despesa pública determinada	172
§ Finalidades extratributárias? (remissão)	173
3.4. A nossa perspetiva	178
4. A (incorreta) distinção entre a taxa de justiça paga pelo sujeito processual ativo e pelo sujeito processual passivo	179
5. A taxa de justiça no processo penal e contraordenacional (breve alusão)	181
6. A taxa de justiça no processo tributário (breve alusão)	183
7. O IVA na taxa de justiça	185
7.1. Enquadramento	185
7.2. A prestação do serviço <i>justiça</i> como uma atividade económica?	186
7.3. Outras situações (os encargos, as custas de parte e os honorários)	187
CAPÍTULO IV – DISTINÇÃO DE FIGURAS AFINS	189
1. Generalidades (justificação e sistematização)	189
2. As custas	189
2.1. Os encargos	192
§ Em especial, o pagamento da compensação do patrono ou defensor officioso	193

2.2. As custas de parte	196
2.2.1. A nota discriminativa e justificativa	198
2.2.2. A (necessária) distinção entre a taxa de justiça e a compensação em sede de custas de parte.	201
2.3. Multas e outras penalidades	204
2.4. Taxa sancionatória excecional (em especial, a sua natureza jurídica)	206
2.4.1. O agravamento da coleta (análise comparativa)	210
2.4.1.1. Introdução	210
2.4.1.2. Visão comparativa	212
3. O estranho caso da taxa de justiça agravada	214
3.1. Considerações introdutórias	214
3.2. Algumas reflexões sobre a sua natureza jurídica	217
3.2.1. O problema da relevância conceitual da quantificação	217
3.2.2. A nossa perspetiva	218
3.2.3. Um exame crítico às suas finalidades	222
3.3. A posição do Tribunal Constitucional	226

CAPÍTULO V – PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES EM MATÉRIA DE CUSTAS

1. Considerandos introdutórios	235
2. Princípios próprios ou autónomos	235
2.1. Princípio da justiça retribuída ou da onerosidade	236
2.2. Princípios da causalidade e do proveito processual	239
2.3. Princípio da (tendencial) justiça gratuita para o vencedor	239
3. Princípios gerais de Direito tributário	242
3.1. Princípio da legalidade (algumas reflexões)	242
3.2. A manifestação do princípio da capacidade contributiva na taxa de justiça	243
3.2.1. Enquadramento	243
3.2.2. O critério da <i>capacidade contributiva do homem médio</i>	243
3.3. Princípio da equivalência (remissão)	247

CAPÍTULO VI – PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA NA TAXA DE JUSTIÇA

1. Considerações introdutórias e sistematização	249
2. O valor da causa	251
§ A unidade de conta processual	253
3. A complexidade da causa	255

4. Situações especiais	256
5. A base tributável	257
5.1. Apresentação do problema	257
5.2. Uma equivalência de custo ou benefício?	257
5.3. O valor da causa como um critério alheio ao custo do serviço	258
5.4. A posição do Tribunal Constitucional (visão crítica do critério da <i>manifesta desproporcionalidade</i>)	259
5.5. O problema da quantificação dos custos	264
5.6. A nossa posição e proposta	268
6. O princípio da equivalência, a base tributável e o Estado Social	272
7. A morosidade na justiça	276
7.1. Justificação da abordagem	276
7.2. O direito à obtenção de uma decisão em prazo razoável	276
7.3. A relação com o princípio da equivalência	280
7.4. A nossa perspetiva	281
8. A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	282
8.1. O caso <i>Perdigão c. Portugal</i>	282
8.2. O caso <i>Stankov v. Bulgary</i>	286
8.3. O caso <i>Zubac v. Croatia</i>	289
8.4. O caso <i>Harrison Mckee v. Hungary</i>	289
8.5. O caso <i>Vilela c. Portugal</i>	290

CAPÍTULO VII – A TUTELA JURISDICIONAL DOS SUJEITOS PASSIVOS EM CASO DE DESADEQUAÇÃO DO MONANTE DA TAXA DE JUSTIÇA

	293
1. Apresentação do problema	293
2. Os meios de reação	294
2.1. A dispensa do remanescente da taxa de justiça (uma manifestação da equivalência económica?)	294
2.2. A (reforma e) reclamação da conta de custas	297
2.3. A reforma da sentença ou acórdão	299
3. Uma proposta	299

CAPÍTULO VIII – A TAXA DE JUSTIÇA SOB A ANATOMIA DA RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA (BREVES NOTAS)

	301
1. Desenho conceitual, estrutura e natureza da relação jurídica tributária de taxa de justiça	301

1.1. Introdução (metodologia e problemas)	301
1.2. Noção, estrutura e natureza jurídica	301
2. Os sujeitos da relação jurídica de taxa de justiça	304
2.1. Considerações preliminares sobre a personalidade e capacidade tributárias	304
2.2. O sujeito passivo	307
2.2.1. Justificação da terminologia adotada	307
2.2.2. Concretização	308
2.2.3. Pluralidade de sujeitos processuais (os casos de litisconsórcio e de coligação)	311
2.2.3.1. O litisconsórcio	312
2.2.3.2. A coligação	313
2.2.4. A sucessão tributária <i>mortis causa</i> (em especial, o problema da modificação subjetiva da lide)	314
§ A posição adotada	316
2.3. O sujeito ativo (o IGFEJ ou o <i>Estado prestador</i> ?)	317
2.3.1. Conceito	317
2.3.2. O IGFEJ	319
2.3.3. A posição adotada (breve referência à consignação da receita)	320
3. O objeto	324
4. O impulso processual como facto tributário	327
5. O facto extintivo da obrigação tributária	330
5.1. O pagamento	331
5.1.1. Considerações prévias sobre a liquidação	331
5.1.2. A conta de custas como um ato de liquidação?	332
5.1.3. O pagamento voluntário	334
5.1.4. O pagamento coercivo (em especial, a utilização do processo de execução fiscal)	336
§ Breves notas sobre o título executivo europeu	339
5.2. Algumas reflexões sobre o dever de junção ao processo do comprovativo do pagamento da taxa de justiça	341
5.2.1. Apresentação do problema	341
5.2.2. A posição do Tribunal Constitucional	342
5.2.3. A nossa perspetiva jurídico-tributária	344
5.3. Extinção da obrigação tributária	345
5.4. A prescrição (algumas notas relativas à caducidade)	346
6. A garantia (especial referência ao direito de retenção)	348

O PREÇO DA JUSTIÇA

CONCLUSÕES 351

LISTA DE LEGISLAÇÃO CONSULTADA 375

LISTA DE JURISPRUDÊNCIA CONSULTADA 381

LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS 393